



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 11516.001217/2010-23  
**Recurso n°** Voluntário  
**Acórdão n°** 2403-002.466 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 19 de fevereiro de 2014  
**Matéria** CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA  
**Recorrente** MUNICIPIO FLORIANOPOLIS CAMARA MUNICIPAL  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/11/2009 a 31/05/2010

PREVIDENCIÁRIO. IMPUGNAÇÃO TEMPESTIVIDADE. DOMICÍLIO FISCAL.

Não há litígio quando a Impugnação é apresentada fora do trintídio legal.

Recurso Voluntário Não Conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por intempestividade.

Carlos Alberto Mees Stringari - Presidente

Marcelo Magalhães Peixoto - Relator

Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros Carlos Alberto Mees Stringari, Marcelo Freitas de Souza Costa, Ivacir Júlio de Souza, Maria Anselma Coscrato dos Santos, Marcelo Magalhães Peixoto e Paulo Maurício Pinheiro Monteiro.

## **Relatório**

Trata-se de Recurso Voluntário, fls. 87/90, interposto em face de Decisão de fl. 76/82, que entendeu por intempestiva a Impugnação apresentada, tendo em vista ter sido apresentada com mais de 30 (trinta) dias após o termo inicial do prazo, inclusive conforme Termo de Revelia lavrado, constante na fl. 53.

O Auto de Infração (DEBCAD 37.244.649-3) foi lavrado em 12/04/2010, no valor total de R\$ 253.255,43 (duzentos e cinquenta e três mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), para exigência de contribuições previdenciárias tendo como fatos geradores os valores pagos a segurados empregados no período de 01/2006 a 12/2007.

### **DA IMPUGNAÇÃO**

Inconformado, o município interpôs, intempestivamente, impugnação, fls. 55/62.

### **DA DECISÃO DA DRJ**

Tendo em vista a impugnação apresentada, a 5ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis – SC – DRJ/FNS, prolatou o acórdão 07-25.135, fls. 76/82, não conhecendo da impugnação face a sua intempestividade, conforme se percebe da ementa do julgado abaixo:

*ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL*

*Período de apuração: 01/01/2006 a 31/12/2007*

*IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. ARGUIÇÃO DE TEMPESTIVIDADE. EFEITOS.*

*A defesa apresentada fora do prazo legal não será apreciada, salvo se suscitada preliminar de tempestividade, observando-se que, não sendo esta acolhida, deixar-se-á de examinar as demais questões argüidas.*

*Impugnação Não Conhecida*

*Crédito Tributário Mantido*

O acórdão foi julgado por maioria de votos, tendo sido vencida a julgadora Leila Simone Monego, que apresentou declaração de voto entendendo por tempestiva a impugnação apresentada.

### **DO RECURSO VOLUNTÁRIO**

Em face do acórdão da DRJ o contribuinte apresentou Recurso Voluntário de fls. 87/90, requerendo a reforma do acórdão, uma vez que a impugnação seria tempestiva pois o AR foi entregue em domicílio diverso ao indicado por ele.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Marcelo Magalhães Peixoto, Relator

### DO DOMICÍLIO FISCAL DO CONTRIBUINTE – DA INTEMPESTIVIDADE

O Município apresentou impugnação em 28 de maio de 2010, aduzindo que o domicílio tributário fornecido à Receita Federal do Brasil é o endereço situado na Rua Tenente Silveira, n. 60, Centro e não a Rua Conselheiro Mafra, 656, Centro, local onde foi entregue o auto de infração.

A DRJ realizou consulta ao sistema informatizado da RFB e afirmou que ambos os endereços teriam sido informados pelo município, colacionando tela do sistema na fl. 78.

O endereço na qual se efetuou a intimação do contribuinte, Rua Conselheiro Mafra, é o endereço informado para a Secretaria Municipal de Administração, CNPJ 82.892.282/0002-24, enquanto o endereço ao qual entende ser o correto seria aquele situado na Rua Tenente Silveira, 60, local em que se situa a Prefeitura Municipal, Secretaria Estadual da Fazenda, CNPJ 82.892.282/0001-43.

Ocorre que não merece guarida o argumento do recorrente de que apenas o Prefeito ou seu Procurador-Geral é quem detém legitimidade e competência para receber qualquer intimação, por serem os únicos legitimados para representá-la ativa e passivamente em juízo, nos termos do art. 12 do CPC.

O AR foi enviado a um dos órgãos integrantes da administração pública municipal e por se tratarem de órgãos, não possuidores de personalidade jurídica, a intimação é tida como feita à entidade municipal, podendo ser recebido por qualquer pessoa que detenha relação com o município.

Com relação a teoria do órgão, Marçal Justen Filho (Curso De Direito Administrativo, 8ª Ed, 2012, Fórum, fl. 230) leciona:

*O órgão público não é uma pessoa jurídica, mas pode receber tratamento equivalente, para certos efeitos. Os órgãos públicos são investidos de poderes, de direitos e de deveres, os quais podem decorrer de uma autonomia assegurada na Constituição ou na lei.*

*Assim, por exemplo, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não são pessoas jurídicas, mas órgãos da União. Não é juridicamente possível diferenciar a União e os órgãos constitucionalmente investidos de poderes para formar e exteriorizar a vontade dela. No entanto, o Presidente da República, o Senador Federal e outros órgãos gozam de autonomia assegurada pela Constituição. Isso conduz à*

*possibilidade de que tais órgãos sejam investidos de posições jurídicas, inclusive no tocante à titularidade de bens.*

Já com relação a desnecessidade de intimação direta do representante legal da pessoa jurídica, há a atração obrigatória da Súmula CARF n. 09, cuja redação segue abaixo colacionada, *in verbis*:

*Súmula CARF nº 9: É válida a ciência da notificação por via postal realizada no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte, confirmada com a assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário.*

Por tal razão, uma vez que o contribuinte foi cientificado em 26 de abril de 2007 na rua Conselheiro Mafra, 656, fl. 51 e na Câmara Municipal em 27/04/2010, fl. 52, tendo apresentado apenas impugnação em 28/05/2010, fl. 55, tem-se por intempestiva a impugnação apresentada.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, manifesto-me pelo **não conhecimento** do Recurso Voluntário, face a intempestividade da Impugnação.

Marcelo Magalhães Peixoto.